

Jorge Enrique de Azevedo Tinoco

Ciência Política I

12 de março de 2017

Fichamento do texto “Maquiavel e o liberalismo: a necessidade da República”

Texto original por André Singer

O texto de Singer tem como objetivo demonstrar que para se ter a liberdade política, é necessária a presença de um Estado constitucional e de outro fator determinante: a participação política. O autor, para tecer sua tese, vai se valer de exemplos da obra de Maquiavel, em especial “O Príncipe”.

A relação entre Estado e liberdade política é, ao primeiro olhar, difícil de ser compreendida. É difícil visualizar que o Estado, instituição imposta e mantida através do monopólio da violência, vá ser instrumento necessário para se ter uma liberdade. Porém, segundo Maquiavel, esta relação é indispensável. O Estado pressupõe estabilidade. Essa estabilidade significa que não haverão forças internas ou externas que ameacem o monopólio estatal da força. Se existe um Estado, logo existem condições de a população que vive em seu domínio estabelecer regras morais de convívio, regras essas que irão ditar a lei e garantirão o convívio pacífico entre os cidadãos. Formuladas estas leis, o Estado garantirá a obediência a elas, utilizando os meios coercitivos para tal.

Para Maquiavel, três fatores são imprescindíveis para a construção de um estado: a fortuna, a liderança e a coragem. A fortuna é a condição histórica em que se encontra os sujeitos ao possível governante e a nova ordem estatal proposta. Um governante que não tenha fortuna, nunca vai conseguir empreender seu objetivo de construção de um Estado, pois os seus submetidos não irão ver a necessidade de tal. A liderança é o fator que vai dizer se um possível governante consegue unir forças sociais para perto de si. É importantíssimo que um governante tenha um senso aguçado de liderança, afinal, o Estado só irá chegar ao poder caso tenha um grande número de apoiadores. Por fim, o último fator é a coragem. A coragem no contexto de criação e manutenção de um Estado é um fator difícil de definir. A coragem pode ser descrita como a disposição de um governante a desviar-se de sua moral

para cometer atos imorais em nome da proteção do Estado, valendo-se assim de uma “moral especial”.

O que é importante ressaltar é que estas virtudes do governante, ou virtú, são necessárias para que se estabeleça um Estado que vá garantir aos seus submetidos o direito à liberdade. O fato de Maquiavel ter descrito com tamanha precisão e objetividade os pontos necessários para a formação de um Estado duradouro não quer dizer que ele tenha sido um defensor de tiranias. O conceito de liberdade política pode ser visto como o poder para se opor pacificamente ao Estado vigente. Sendo assim, as leis mutuamente acordadas e defendidas pelo Estado, vão tornar possível que haja uma convivência pacífica, sendo também possível, então, a liberdade política.

É interessante a todo leitor de Maquiavel perceber que ele é um autor republicano. Maquiavel defende a república, pois ela inspira a virtú do cidadão, que é a participação política. Segundo Maquiavel, o verdadeiro poder de um Estado vem do engajamento de seus cidadãos nos interesses estatais. O cidadão com participação ativa na política vai defender seu Estado e se sentirá incluído nas decisões estatais, isso fará com que o cidadão fique satisfeito e o Estado não tenha um acelerado declínio, pois ao mesmo tempo evita a tirania e a guerra civil.